

**PATRIMÔNIO EM DEMOLIÇÃO: AGRESSÃO À HISTÓRIA E A
PAISAGEM URBANA NO CENTRO DE BAURU**

*HERITAGE IN DEMOLITION: ASSAULT ON HISTORY AND THE URBAN
LANDSCAPE IN THE CENTER OF BAURU*

Lucas Silva Pamio

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
lucas.s.pamio@unesp.br

Nilson Ghirardello

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Prof.
Associado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
nilson.ghirardello@unesp.br

RESUMO

A partir de uma visita ao centro histórico de Bauru, testemunhou-se a demolição de edificações em uma quadra próxima à histórica Estação Ferroviária Noroeste do Brasil. Essas demolições, somadas a outras que ocorreram em períodos anteriores, resultaram em um grande vazio na paisagem. Autorizada pelo poder público, essa área que já abrigou um terminal rodoviário agora está fragmentada, expondo a fragilidade da preservação do patrimônio arquitetônico, incluindo edificações tombadas pela municipalidade que compõem a mesma quadra. A discussão sobre o tombamento é crucial, uma vez que, embora seja um instrumento valioso para a salvaguarda, a conscientização histórico-cultural relacionada à preservação também é fundamental. Assim, o objetivo deste trabalho é, por meio de uma abordagem de caracterização situacional, considerar a consciência coletiva e os aspectos legais para analisar o processo ocorrido e apresentar discussões que evidenciam a vulnerabilidade de cidades de pequeno e médio porte. Nestas cidades, os recursos limitados para a preservação precisam ser melhor estudados e aplicados para manter viva a tradição arquitetônica e a herança da comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio; Salvaguarda; Centro Histórico; Demolição.

SUMMARY

During a visit to the historic center of Bauru, we witnessed the demolition of buildings in a block close to the historic Noroeste do Brasil Railway Station. These demolitions, added to others that occurred in previous periods, resulted in a large void in the landscape. Authorized by the public authorities, this area that once housed a bus terminal is now fragmented, exposing the fragility of the preservation of architectural heritage, including buildings listed by the municipality that make up the same block. The discussion about listing is crucial, since, although it is a valuable instrument for safeguarding, historical-cultural awareness related to preservation is also fundamental. Thus, the objective of this work is, through a situational characterization approach, to consider collective consciousness and legal aspects to analyze the process that occurred and present discussions that highlight the vulnerability of small and medium-sized cities. In these cities, limited resources for preservation need to be better studied and applied to keep the architectural tradition and community heritage alive.

Keywords: Heritage; Safeguard; Historic center; Demolition.

1 INTRODUÇÃO

Explorando a interseção entre memória e patrimônio, este artigo busca analisar a alteração da paisagem no centro de Bauru, focalizando a negligência arquitetônica e urbana que culminou na demolição de algumas edificações ociosas inseridas numa quadra com outros bens tombados e na exposição problemática de outros elementos presentes na quadra adjacente ao emblemático prédio da Estação Noroeste do Brasil. Essa transformação na paisagem urbana, evidenciando um aparente desinteresse pelo patrimônio, será minuciosamente analisada.

O presente texto provém de uma andança pela região central de Bauru, mais precisamente no núcleo ferroviário da Praça Machado de Mello. Neste contexto, a administração municipal empreendia a demolição de edifícios pertencentes a uma quadra constituída por hotéis dos tempos áureos da ferrovia, tudo isso ocorrendo sem alarde e notificações públicas. Apesar das edificações demolidas não ser tombadas, encontravam-se num conjunto que possui edificações tombadas pelo conselho municipal. Ocorreu que com a demolição dessas edificações que possuíam valor histórico, revelou-se a condição em que as demais se encontram, sinalizando um notável desinteresse pela sua preservação.

A discussão em torno do tombamento como uma medida infalível para assegurar a preservação histórica ganha destaque, embora seja importante compreender que ele é apenas um dos instrumentos disponíveis para tal finalidade. Mesmo sendo um mecanismo de salvaguarda crucial, a preservação requer atenção constante e dedicação. A demolição das edificações ociosas trouxe à luz uma problemática latente: que a avaliação patrimonial em Bauru e suas fragilidades. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem mais completa e proativa na proteção do patrimônio, considerando tanto os aspectos legais quanto a consciência coletiva da comunidade sobre a importância da memória local, o que para Nora (1983), a memória representa o local onde o presente permanece eterno; enquanto a história se materializa como uma interpretação do passado.

Sobre o processo de tombamento, que conforme é apresentado pelo próprio CODEPAC — Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru, consiste num ato administrativo do Poder Público destinado à proteção legal de bens com valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para a população, impedindo sua destruição ou descaracterização. Pode ser aplicado a bens móveis e imóveis, como edifícios, obras de arte e áreas naturais, com foco na preservação da memória coletiva. É válido ainda mencionar, que esse ato administrativo, apesar de compartilhar sua responsabilidade de salvaguarda e manutenção, não tem sua transferência realizada para o poder público, municipal. Ou seja, no caso de edificações/bens materiais que não foram adquiridos pelo poder público, continuam sendo de posse de seus proprietários, prevendo a esse proprietários um desconto no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), desde que esse desconto seja revertido em manutenção predial, tal medida é uma forma de celebrar essa partilha patrimonial.

A realidade é que enfrentar dificuldades financeiras para financiar os processos de reparo e revitalização é uma questão premente. Os planejamentos financeiros municipais e estaduais muitas vezes definem metas que não abordam plenamente as necessidades reais das cidades. Nisso, a redução do IPTU sob o acordo firmado de que o proprietário invista esse valor que seria entregue ao poder público na forma de tributos, seja aplicado em adequações e na preservação arquitetônica, um modelo implementado em São Carlos, conforme previsto no

artigo 33 da Lei Municipal n.º 13.692 de 2005.

A colaboração público-privada também pode representar um caminho eficaz para contornar as limitações financeiras e garantir a proteção do patrimônio arquitetônico-cultural, sendo viável promover maior participação do setor privado em projetos de reabilitação, oferecendo incentivos como a possibilidade de tornar a edificação um potencial de uso voltado a educação, a cultura, a arte, ou ainda a um serviço de formação, que seja ligado ao município, ou ao estado.

Quando o conhecimento do setor privado sobre a importância da preservação histórica de certas edificações ou conjuntos arquitetônicos é escasso e, ao mesmo tempo, falta preocupação do poder público em garantir essa salvaguarda, o desejo de renovação muitas vezes prevalece. Nesse cenário, a remoção da construção existente para dar lugar a um novo potencial se torna uma opção atrativa. No entanto, essa abordagem pode ou não solucionar os desafios daquela área específica. Como resultado, assistimos à demolição de patrimônio, frequentemente sem explorar alternativas que harmonizem a tradição arquitetônica com as necessidades contemporâneas, perpetuando assim a perda do legado cultural e histórico.

É compreensível que frente ao desejo expansivo, ou de inserção de novos elementos, para atrair outros investimentos, haja a intenção de naturalizar a demolição como processo de limpeza, todavia, bem como expressa Paes (2009), quanto ao duelo existente entre o interesse público, versus o interesse privado em modernizar e trazer outras possibilidades de uso, que não envolvam a preservação, mantendo identidade e valores históricos e culturais, é preciso acreditar no potencial local, investindo em melhorias que possibilitem uma leitura uniforme da área, apesar de ser algo complexo, uma vez que a preservação patrimonial tende a restringir alterações tanto em sua forma quanto em sua função.

Quando se apresenta a importância em se manter a paisagem urbana tida como histórica, o mais uniforme e preservada possível, compreende-se que uma série de intempéries e ações humanas podem e em alguns momentos, vão modificar sua estrutura e sua leitura, mas ainda assim é necessário intervir e garantir uma compreensão única, ainda que essa paisagem seja um “lugar onde se sobrepõem, de maneira singular e complexa, várias perspectivas e diversos símbolos culturais”. (GANDY, 2004, p. 85).

Tornar ou considerar algo patrimônio local, engloba diversas ações, dentre elas, atos políticos, reivindicações sociais, apelo cultural, necessidade de referência, ou até mesmo exposição técnico-visual. Logo a conversação e preservação deve ter mantida e somente permitir a ruína, junto ao esquecimento em casos de dano irreparável, porém, ainda assim é interessante buscar soluções que ao menos permitam preservar a memória daquele lugar, uma vez que, para Berdoulay (2007), os lugares de memória são caracterizados por dimensões espaciais, construídas por meio de imagens e narrativas entrelaçadas.

Quando a prática e o cultivo da memória local são negligenciados, inicia-se silenciosamente um processo de decadência, que pode se manifestar tanto fisicamente quanto em termos metafóricos. A ausência de atenção, de uso ativo e do devido investimento propiciam um cenário de deterioração gradual, levando à ruína. Esse declínio pode ser observado tanto nas condições físicas dos lugares, que gradualmente se desgastam sem manutenção, como no aspecto simbólico, à medida que a conexão emocional e histórica entre a comunidade e esses locais enfraquece. Para reverter esse padrão, é essencial implementar projetos que alinhem as características originais do patrimônio a novos usos funcionais, garantindo assim a sua

preservação e revitalização contínuas.

Compreende-se e que a ruína é resultado de um processo que combina ação humana e natural, que mesmo quando não há interferência do homem, ele também é responsável por tal decurso, uma vez que não fazer nada, também é fazer alguma coisa, analisá-la é de grande valia para a compreensão cultural, social, política e arquitetônica, uma vez que o conjunto fornece informações, mesmo quando encontra-se olvidado na paisagem. Para Rodrigues (2017), as ruínas, podem ser em determinados casos as únicas manifestações tangíveis de técnicas construtivas e conceitos arquitetônicos de um determinado período, além de também serem “testemunhos históricos dos processos de destruição dos quais são derivados.” (RODRIGUES, 2017, p. 12).

A relação a ser construída com a avaliação de um determinado patrimônio, caracterizando-o como uma ruína urbana, aparece como um referencial a partir de 1931, na Carta de Atenas e anos mais tarde, é novamente confirmada, como “monumentos antigos”, na Carta de Veneza, sendo esses dois documentos de grande relevância ao estudo do patrimônio arquitetônico. Todavia, apesar de citado, o processo de ruína foi gradualmente sendo melhor desmembrado, conforme apura Rodrigues (2017), ao discorrer sobre a conceituação de ruína, predominantemente ligada a um estágio avançado de deterioração.

Das discussões acerca da interação proposta nos edifícios, edificações e monumentos que findam numa ruína, questiona-se sobre a aplicabilidade de técnicas de resgate, restauro e revitalização, que para Viollet-le-Duc, arquiteto francês do século XIX, considera que “Os trabalhos de restauração empreendidos [...] não somente salvaram da ruína obras de incontestável valor, mas prestaram serviço imediato.” (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 64).

Com o avanço da ruína, observa-se um fenômeno contrário em relação à percepção da edificação. Agora, a construção, que outrora era um marco, passa a ser considerada um obstáculo potencial, algo que poderia representar um risco à sociedade, uma preocupação que pode se concretizar. Em algumas situações, a edificação em declínio pode se tornar um refúgio para grupos vulneráveis, acentuando os desafios sociais. Diante desses cenários, torna-se provável a ocorrência de processos de demolição, seja por razões de segurança ou pela necessidade de lidar com as complexas questões sociais e urbanas que emergem em torno desses espaços degradados.

Ainda que hajam legislações que contribuam com a permanência de determinada edificação, evitando sua demolição, como o Art. 17 do Decreto-lei, n.º 25 (1937), que diz que as edificações que são objeto de tombamento estão sujeitas à proibição absoluta de serem destruídas, demolidas ou alteradas de qualquer maneira, a menos que obtenham uma autorização prévia e especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Por isso, é compreensível que o processo de tombamento exista para proteger determinados bens, como edificações, contra demolições ou descaracterizações que poderiam comprometer seu valor histórico. No entanto, essa ação, seja voluntária ou imposta, não está isenta de consequências.

Ainda assim, em vez de depender exclusivamente de um tombamento coletivo, seria mais proveitoso internalizar a importância da preservação histórica e da memória urbana. Nesse cenário, o ato de tombamento se tornaria um instrumento que é, enquanto a atitude social assumiria o papel central na conservação das edificações, com exceções apenas quando a remoção for verdadeiramente necessária, como nos casos em que a manutenção represente um ônus significativo em relação aos padrões locais. Essa abordagem abraça a responsabilidade

coletiva de preservar o patrimônio, evitando a necessidade excessiva de restrições formais.

A máxima na salvaguarda do patrimônio arquitetônico nas cidades, ainda mais naquelas cujas edificações estão estritamente ligadas ao período de seu desenvolvimento social, econômico e cultural, pois nela se situa a história, pela qual recobre-se as conforme apura Tuan (1985), as experiências individuais, assim como as experiências do coletivo, indo além de questões cronológicas. De modo que revisitar o passado, se torna um exercício para obter sucesso no futuro, pois desse modo manter-se-á identidades, tradições e ligações com a essência social local.

2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DO CENTRO HISTÓRICO DE BAURU

Através da caminhada de inventário, percorreu-se a área que se encontra, atualmente, em um estado de degradação e agora com um grande vazio, todavia que ainda conserva vestígios valiosos do início do processo de formação da cidade. Esses resquícios históricos poderiam ser revitalizados de maneira mais significativa se houvesse um genuíno interesse em valorizar e preservar a história local. Atualmente, as poucas edificações remanescentes na quadra em foco estão vulneráveis, uma vez que tanto o miolo da quadra quanto as construções circundantes já não existem mais. O cenário é um lembrete impactante da necessidade urgente de ações que protejam e restaurem esse patrimônio antes que ele se perca para sempre.

As construções demolidas, que haviam sido desapropriadas pela administração pública municipal anterior, de fato encontravam-se em estado de degradação e como estavam poderiam oferecer riscos devido sua condição estrutural, todavia, apesar de um intuito interno que preza pela segurança da população, há certo descuido com a preservação, que exige um custo a ser investido para haver sua preservação, o que pode ser comprovado a partir de exemplares arquitetônicos que apesar de tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural — CODEPAC, aguardam por cuidados tanto no que diz respeito a construção, como também a destinação de usos. Há a premissa de que o local desapropriado e demolido, seja ocupado por um shopping popular, sendo este um projeto futuro, enquanto no momento, adotou-se como “solução” o uso do espaço como um estacionamento público, conforme a figura 01.

A demolição das edificações em questão é um reflexo evidente da falta de desejo em preservar, sugerindo uma abordagem que considerasse a manutenção desses prédios demolidos para o território. Embora a própria ação de demolição seja compreensível até certo ponto, a maneira como foi executada apresenta sérios riscos para a integridade das estruturas remanescentes na quadra. Um exemplo notável é o antigo Hotel Milanese, um marco arquitetônico em estilo eclético tombado pelo CODEPAC, que hoje exibe características estruturais que evidenciam a falta de compromisso com o patrimônio histórico de Bauru. Essa abordagem levanta questões pertinentes sobre a importância de balancear a modernização urbana com a valorização e preservação do legado cultural da cidade.

Figura 01: O resultado do processo de demolição, servindo provisoriamente como estacionamento, ao lado de edificações tombadas.



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Juntamente com o Hotel Milanese, outros dois estabelecimentos relacionados ao início do desenvolvimento da cidade, o Hotel Estoril e o Hotel Cariani, ocupavam a mesma quadra que agora se encontra vazia devido às demolições. Além dessas três icônicas edificações centenárias, outro hotel, o Hotel Imperial, também compartilha o mesmo espaço. Este último, mais recente em termos de estilo arquitetônico e projeto, serviu à comunidade até pouco tempo atrás, quando teve que encerrar suas atividades devido à demanda reduzida. Hoje, como resultado de uma precaução para evitar invasões, o hotel encontra-se fechado e seus acessos foram bloqueados com concreto. Essa medida, sob uma perspectiva semântica, pode ser interpretada como uma tentativa por parte das autoridades municipais de construir uma barreira em torno da história e da memória local, levantando questionamentos sobre a preservação do patrimônio cultural em meio às mudanças urbanas.

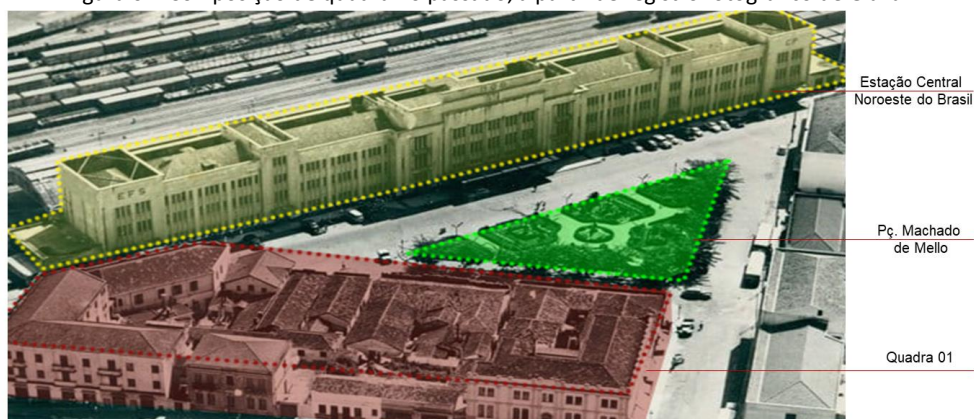
Na contemporaneidade, observa-se uma tendência que valoriza o patrimônio somente quando este estabelece uma ligação interativa com a comunidade a que pertence. Isso se reflete claramente nas edificações que abrigam museus ou que são concebidas como espaços funcionais para entidades como escolas, secretarias e prédios públicos, legislativos e executivos. Nesse contexto, embora todas as outras construções detenham uma relevante carga histórica que também contribui para a leitura urbana, arquitetônica e histórica da região, elas muitas vezes ficam à mercê de especulação imobiliária, sujeitas a serem exploradas de acordo com seu potencial econômico. Esses edifícios frequentemente enfrentam a ameaça de demolição, cedendo espaço a projetos voltados para atividades comerciais ou áreas de estacionamento, um cenário evidenciado no caso emblemático do centro de Bauru.

Conforme enfatizado por historiadores como Le Goff (1990), a preservação do

patrimônio histórico ganha sentido quando está vinculada à memória coletiva e individual. Isso porque é por meio da memória que aprendemos retroativamente sobre o passado, compreendendo assim as diversas interações e dinâmicas sociais das quais fazemos parte. É compreensível que novos tempos, adote novas medidas para tentar salvaguardar patrimônios, tombados ou não. Todavia, faz-se necessário evitar, como saída para driblar condições sociais que permeiem a insegurança urbana, a ação de arruinar a história, a memória e a arquitetura de outros tempos, ações de demolição.

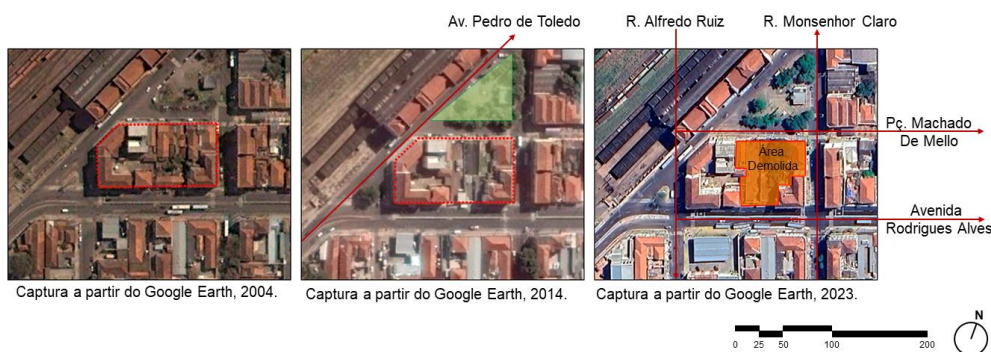
Como forma de amostragem visual, optou-se pela demarcação da área em questão. Essa escolha não só abrange a demarcação física da região em análise, mas também reflete os acontecimentos recorrentes na área em geral. Embora a demolição tenha sido executada em um contexto específico, ela poderia ser interpretada como parte de uma estratégia mais ampla, e como tal, exige uma contenção sensata. Esse controle deve ser aplicado nos casos em que a preservação se mostra impraticável. Mesmo nessas situações, a demolição requer uma discussão pública aberta, garantindo que o patrimônio que possuímos, o que, para Choay (2006), possui a dupla função de oferecer saber e prazer, seja resguardado, perpetuando assim a memória e a identidade do território. A partir da figura 02, é possível compreender como a quadra em questão já foi no passado, e com a figura 03, como se deu a mudança gradativa e o grande vazio existente hoje.

Figura 02: Composição de quadra no passado, a partir de registro fotográfico de Giaxa.



Fonte: Giaxa, 1920. Modificado pelo autor, 2023.

Figura 03: Evolução da quadra, bem como sua vulnerabilidade ao longo dos anos.



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Na quadra 01 da Rua Batista de Carvalho, a construção de tantos hotéis numa mesma região, se deu por estratégia, no início da formação de Bauru, quando está já existia como cidade, mas ainda se desenvolvia, a ferrovia não atendia somente à produção, escoando-a ou recebendo, mas também aos visitantes, migrantes e imigrantes que passavam ou vinham para Bauru e região, por isso, conforme atesta Ghirardello, (2021), há o interesse de construção de novos empreendimentos hoteleiros nessa região e até mesmo a mudança de hotéis que se encontravam no primeiro núcleo central de Bauru, na Rua Araújo Leite, para a região da Estação Ferroviária Noroeste do Brasil.

Dentre os hotéis que compreenderam a quadra e que hoje possuem a referência ao serviço de hospedagem apenas como nomenclatura, a edificação do Hotel Cariani, configura-se como um edifício que ocupa três faces externas da quadra, em estilo eclético, possui além do piso térreo, um piso superior. Mantém sua composição arquitetônica preservada, apesar de não haver um conhecimento concreto de sua estabilidade construtiva, conforme a figura 04. Outra edificação que no passado também abrigou um hotel, o Estoril, no lado oposto ao Cariani, defronte a Avenida Rodrigues Alves, tem formato prismático, em dois níveis, formado por térreo e andar superior, abrigou um dos hotéis mais charmosos da cidade de Bauru, a edificação centenária, também tombada pelo CODEPAC, também em estilo eclético, com balcões nas sacadas. Outro imponente edifício, que já foi um dos hotéis de maior prestígio para a cidade e região, o Hotel Milanese, hoje com todas as suas vistas externadas, em estilo eclético e cores contrastantes, foi um dos hotéis que mais recebiam visitantes e imigrantes em busca de desenvolver-se na cidade de Bauru.

Figura 04: Composição da quadra 01, com seus hotéis e demais edificações, bem como vazios que já existiam.



Além dos hotéis citados, a partir da figura 04 também é possível observar outras edificações, uma edificação com 3 níveis (térreo, mais dois pisos superiores), sendo o piso térreo abrigando uma loja de móveis, em funcionamento até os dias atuais, enquanto os pisos superiores, abrigam quartos de pensão, hoje não mais em funcionamento. Além, deste, a quadra abriga o Hotel Imperial, em funcionamento até recentemente, hoje encontra-se lacrado, uma vez que em outras ocasiões era frequentemente invadido por moradores de rua e pessoas em vulnerabilidade social. Ao lado do Hotel Milanese, pela Rua Monsenhor Claro, outra edificação abrigou por bons anos uma loja de materiais de construção e uma loja de roupas usadas. Defronte à Praça Machado de Mello, compondo a mesma edificação anterior, porém dividida para abrigar outro estabelecimento, este serviu como loja de ferragens por mais de 70 anos. Conforme analisa Ghirardello (2020), até a década de 80, quando ocorre a inauguração do terminal rodoviário de Bauru, a rodoviária, improvisadamente, situava-se inicialmente onde hoje localiza-se a Praça Machado de Mello e anos mais tarde, situou-se na face da quadra 01, onde paravam carros de praça, jardineiras (ônibus da época) e veículos a passeio.

A questão patrimonial de Bauru não é um caso recente em termos de pouca eficiência prática, bem como não é um caso isolado, nem tampouco exclusivo dessa cidade, parece haver uma tendência que perdura quanto a negligenciar a proteção de edificações com valor histórico. Em Bauru, desde administrações anteriores, parece haver uma atitude pouco solícita em relação ao valor patrimonial, o que pode ser evidenciado na condição da “Casa dos Pioneiros”, uma das primeiras edificações da cidade, localizada próximo de sua fundação, na Rua Araújo Leite. Nos últimos anos, tem havido tentativas de revitalização desse edifício, porém num ritmo bastante lento. Ao longo do tempo, infelizmente, perdas estruturais e alterações na fachada já ocorreram, sublinhando a urgência de um compromisso mais sólido com a preservação do patrimônio local.

Com a exposição acima, fica evidente quão rica e importante seria haver a criação de uma postura mais presente em defesa do patrimônio, que vai além de tombamentos e de levantamentos históricos, mas que partam de ações práticas em reconhecer a valiosa condição histórica e do ponto de vista da memória, que edificações arquitetônicas que individual ou em conjunto contribuem para uma leitura cronológica do local. Neste decurso, Lefebvre (2006), enfatiza a importância do patrimônio arquitetônico como uma parte vital do tecido urbano. Lefebvre argumenta que as estruturas históricas não são apenas testemunhos físicos do passado, mas também desempenham um papel crucial na formação da identidade cultural de uma cidade. Ele advoga por uma abordagem de urbanismo que valorize a integração harmoniosa entre o antigo e o novo, reconhecendo que a preservação do patrimônio arquitetônico contribui para a qualidade de vida das comunidades urbanas e para a construção de uma cidade mais rica em história e significado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização do patrimônio arquitetônico e a preservação da memória urbana constituem um empreendimento crucial que deve ser abordado de maneira mais colaborativa entre as três partes responsáveis pelo objeto em questão: proprietários dos bens, sejam eles tombados ou não, o poder público e a sociedade civil. Os proprietários detêm a posse física e, em muitos casos, a gestão dos bens históricos, com a oportunidade de desempenhar um papel

ativo na conservação e revitalização desses elementos. O poder público, por sua vez, deve desenvolver políticas claras de incentivo à preservação e regulamentar ações que protejam esses ativos culturais. No entanto, a sociedade civil também tem um papel crucial, agindo como defensora do patrimônio e fomentando um senso de responsabilidade compartilhada. Ao unir esforços e conhecimentos, essas três partes podem garantir que o patrimônio arquitetônico seja tratado com o respeito e a atenção necessários para que a memória urbana, seja preservada de maneira eficaz para as gerações presentes e futuras.

Acredita-se firmemente na viabilidade de abordar a preservação da memória local por meio de iniciativas como oficinas e projetos culturais. Isso envolve não apenas a reutilização das edificações, mas também a promoção de visitas e explorações históricas, com o intuito de evitar futuras demolições que possam ser justificadas por objetivos de renovação. Contribuir para o reconhecimento e conservação da memória arquitetônica local é fundamental para construir um senso de identidade coletiva e uma compreensão mais profunda da história da comunidade, evitando que elementos valiosos do passado sejam sacrificados em prol de uma suposta modernização.

A recente demolição no centro de Bauru expõe a vulnerabilidade enfrentada por cidades de porte médio e pequeno. Nessas localidades, frequentemente há uma escassez de recursos direcionados de maneira eficaz, não apenas para a preservação das edificações existentes, mas também para explorar alternativas de reutilização. Esta fragilidade ressalta a importância de adotar uma abordagem mais cuidadosa, que considere não somente a revitalização, mas também a preservação da tradição arquitetônica da época. Ao manter intactas as características históricas, as cidades podem oferecer um testemunho vivo do passado para as gerações vindouras, reforçando a identidade e a herança da comunidade de maneira significativa.

Ao revisitar a área agora dominada por um amplo espaço vazio resultante das demolições, surge a oportunidade de contemplar tanto o patrimônio tombado, que em teoria representa estabilidade, quanto o contexto circundante composto por construções de épocas distintas e elementos arquitetônicos de variados estilos. Essa reflexão lança luz sobre o horizonte futuro do centro de Bauru sob múltiplas perspectivas: a arquitetura que irá moldar sua estética, o território que influenciará sua configuração espacial, o patrimônio que guardará sua memória e a identidade, e finalmente, a própria memória que ajudará a tecer o tecido coletivo da comunidade. Esse momento de avaliação pode moldar decisões cruciais para garantir um futuro coeso, equilibrando tradição e progresso na evolução urbana da cidade.

Testemunhar o processo de demolição enquanto se abstém de intervir diretamente nesse desdobramento estimula a busca por ação e colaboração. Esse momento de observação desperta um desejo intrínseco de se engajar ativamente na preservação e exploração alternativa da área. A sensibilização para as potencialidades da reutilização do espaço impulsiona a procura por grupos e indivíduos que compartilham o compromisso de proteger a herança arquitetônica e promover soluções inovadoras para revitalizar e reutilizar esse pedaço de chão, desenvolvendo assim uma visão conjunta para o futuro da região.

Através da caminhada de inventário, foi possível explorar a quadra minuciosamente, examinando não apenas as fachadas das edificações, mas também os espaços vazios. Esse percurso possibilita questionar os processos que levaram a mudanças, anotar as modificações realizadas, capturar por meio de fotografias as novas realidades que emergiram e ponderar

sobre o possível desinteresse ou intenções que direcionam essas transformações em direção a propósitos diferentes da preservação do patrimônio local.

4 REFERENCIAS

BERDOULAY, Vincent (2007) “Enjeux iconographiques dans l’aménagement des lieux de mémoire”. Cahiers de géographie du Québec, 16 p., (Contribution à l’ouvrage prévu sur le thème “Lieux de mémoire, commémoration et identité dans la francophonie canadienne”).

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 04. ago. 2023.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006, 282 p.

CODEPAC. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru. Disponível em: <<https://sites.bauru.sp.gov.br/codepac/>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FUNDAÇÃO PRÓ MEMÓRIA. São Carlos. IPTU Histórico. Disponível em: <https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144&Itemid=213>. Acesso em: 09 de ago. de 2023.

GANDY, Matthew (2004) “Paisagem, estéticas e ideologia In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL (Orgs.), Z. Paisagem, Textos e Identidade, EdUERJ, Rio de Janeiro, R.J.

GHIRARDELLO, N. Arquitetura em Bauru (1850-1950). [online]. Tupã, São Paulo: Editora ANAP, 2021. 268 p. ISBN 978-65-86753-32-5.

GHIRARDELLO, N. Bauru em temas urbanos. [online]. Tupã, São Paulo: Editora ANAP, 2020. 353 p. ISBN 978-65-86753-04-2.

LE GOFF, J. 1924. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

Lefebvre, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2006.

NORA, P. (Org.). Les liex de mémoires. Paris: Gallimard, 1983.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

RODRIGUES, Angela Rosch. A Problemática da Ruína: Das Teorias da Preservação Patrimonial do Século XIX ao Restauro Crítico. Rev. CPC, São Paulo, n.24, p.9-34, ago./dez. 2017.

TUAN, Y. Geografia Humanística. Trad. Maria H. Queiroz. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) Perspectivas da Geografia. 2 ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2000.